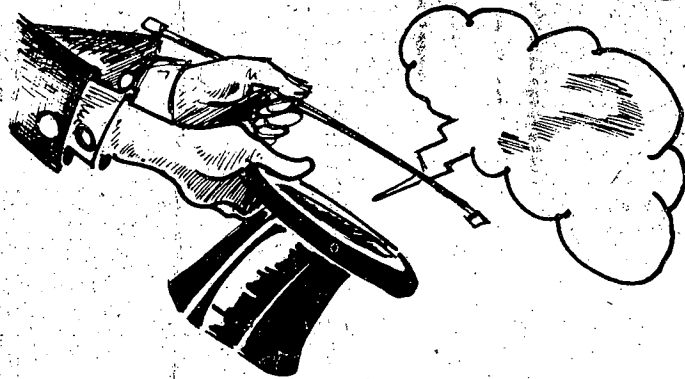


De Tancredo a Sarney

LUIZ ADOLFO PINHEIRO



Tancredo de Almeida Neves, a exemplo de Charles de Gaulle, guardou consigo o dom de ser uma espécie de mágico para os momentos de crise. Do presidente francês disse um historiador, seu compatriota, que ele era "o político da catástrofe". Só quando a França estava derrotada num conflito bélico, como em 1940, ou à beira de uma guerra civil, como na Argélia de 1958, o velho general se apresentava ou era buscado em seu sossego para trazer solução e alívio à nação francesa. Tancredo, um político moderado e conciliador, era o nome sempre lembrado quando também se temia pelo pior, como em 1961, ou quando se necessitava de alguém para promover uma união nacional, como em 1984. Entre os dois — De Gaulle e Tancredo — muitas e fundas diferenças. Entre os dois, uma notável semelhança no sentido do apelo nos momentos de crise, fato aliás destacado pelo próprio Tancredo Neves em suas entrevistas ou declarações.

É tão difícil um político deixar como herança um momento de união nacional que se torna dever de todos colaborar para que esse momento perdure e se transforme em nova realidade política, palpável, concreta e, sobretudo, duradoura. Na atualidade brasileira, o continuador constitucional, político e moral dessa obra é o vice-presidente legitimamente transformado em Presidente da República,

José Sarney. A ele se oferece a oportunidade histórica, certamente não desejada, de assumir o comando de uma operação política de vasta envergadura, que teria sido tocada pelo presidente falecido, no sentido de levar a Nação à Constituinte de 1986, porto seguro para a criação de uma nova realidade capaz de sintonizar o Brasil com o ano 2000 e o século vindouro.

A caminhada ordeira e pacífica, embora não silenciosa e nem cerceada, rumo à Constituinte de novembro do próximo ano é a maior tarefa que se apresenta ao presidente José Sarney e às forças políticas e sociais. Deve a Nação ter a segurança e a tranquilidade de que essa caminhada será feita com o empenho de todos, até porque não há outra alternativa aceitável nem possível.

Acostumado, por força de características e condições, a olhar geralmente para as próximas 24 horas, o País terá de habituar-se a ver pelo menos 24 meses à frente, sob pena de não entender o momento e deixar passar uma oportunidade única de verdadeira reconciliação nacional, sobre as bases de uma nova Constituição genuinamente democrática, capaz de transformar a política em algo mais sério a serviço da coletividade.

José Sarney, a quem o destino entregou o comando dessa nova etapa, é homem capacitado a tocar adiante o desafio. Tudo indica, por outro lado, que a base política, parlamentar e popular que sustentou Tancredo Neves pode não só ser mantida como até ampliada, se os olhos forem postos no futuro e não

no passado. A larga e esmagadora maioria do povo brasileiro deseja o prosseguimento e aprofundamento desse processo, sobre a base da confiança na realização, com a Constituinte, daquela que terá de ser a melhor e a mais duradoura das cartas constitucionais experimentadas pelo País até hoje, desde 1824. De fora, como sempre, ficarão apenas os poucos elementos anti-sociais que são próprios a qualquer sociedade humana e estágio da História universal.

É um erro supor que o programa da Aliança Democrática que levou Tancredo Neves e José Sarney ao poder tenha o dom de esgotar as aspirações nacionais. Ainda que fosse aplicado integralmente, o que não será possível pela contradição de suas forças heterogêneas, não chegaria a oferecer respostas às questões mais angustiantes, algumas enraizadas nos séculos. Só a Constituinte poderá alcançar o estágio mais próximo dessa perfeição. Até lá — e por mais tempo ainda, enquanto durar seu mandato — é o Governo Sarney que encarnará essas aspirações, podendo aproveitar o grande momento de união nacional obtido, até com seu sacrifício pessoal, pelo presidente Tancredo Neves, para conduzir a Nação a esse grande encontro consigo mesma, que é exigido pela consciência dos brasileiros livres.